



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

223

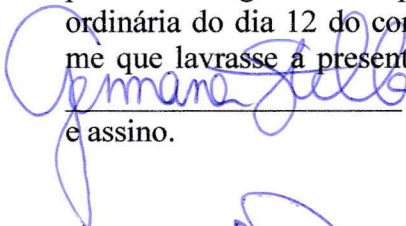
Ata da primeira (1ª) Sessão Ordinária do mês de novembro, no quarto (4º) ano, da décima nona (19ª) legislatura da Câmara Municipal de Edéia.

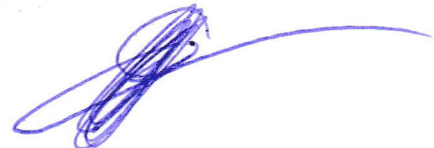
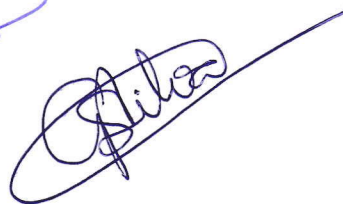
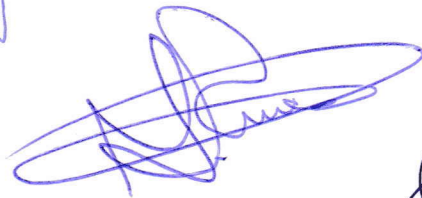
Às 20h15 do dia 11 de novembro de 2024 (11/11/2024), no Plenário Maria Onofre de Barros, reuniram-se sob a presidência da Vereadora Gillene Aparecida Fernandes da Silva, os Vereadores: **Diogo Soares e Silva, Eunice de Carvalho Dutra, Francisco Vieira Nunes, Guilherme Carvalho de Almeida, Luiz Humberto do Nascimento.** Ausente os Vereadores **Orisvaldo Antônio de Souza Borges, Ricardo Carlos Trindade e Talita Lemes de Araújo Neto.** Havendo quórum regimental a presidência declarou sob a proteção de Deus aberta a sessão, solicitando a todos que se postassem de pé para ouvirem a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, a qual foi feita pela Srta. Germana Stella, servidora desta Casa, a qual deixou uma mensagem bíblica e logo após todos fizeram a oração do Pai Nosso e cantaram juntos o Hino Nacional. **EM EXPEDIENTE:** Foi feita a leitura da ata da 3ª sessão ordinária do mês de outubro de 2024, a qual foi aprovada sem retificação por unanimidade de votos. Em seguida a Presidência justificou a ausência da Vereadora Talita Lemes na sessão, pois a mesma está de férias devendo retornar no próximo mês. **NA ORDEM DO DIA:** Após leitura e discussão a **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024**, de autoria do Poder Executivo, o "inclui o Artigo 141-B na Lei Orgânica do Município de Edéia, para adotar no processo legislativo orçamentário municipal as emendas impositivas individuais de vereadores e de bancadas, previstas na Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015; na Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019; e na Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022; e dá outras providências" foi pedido adiamento pela Presidência de acordo com o art. 95 do Regimento Interno e também por falta de quórum, questão essa contestada pelo Vereador Luiz Humberto, o qual alegou ter o quórum, 6 (seis) presentes, ou seja, dois terços dos Vereadores e que nesse caso a Presidente também vota, e que estavam incorrendo em um erro e após algumas discussões foi passado em Plenário o adiamento da Proposta o qual foi aprovado por 3 (três) votos favoráveis e 2 (dois) contra. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 13/2024**, de autoria do Poder Executivo, o "qual altera o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 14/2024**, de autoria do Poder Executivo, o "altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.168/2024, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2025, e dá outras providências" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 15/2024**, de autoria do Poder Executivo, o "estima a recita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 17/2024**, de autoria do Poder Executivo, o qual "dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o qual foi arquivado na mesma, pois o parecer obteve a maioria dos votos para rejeição, sendo assim, o autor do projeto será notificado de acordo com o art. 26 § 2º, do Regimento Interno. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei Legislativo nº 36/2024**, de autoria da Vereadora Gillene Fernandes, o qual "reconhece de utilidade pública o Centro Espirita Paulo e Estevão e dá outras providências" foi encaminhado à Comissão de



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

Constituição, Justiça e Redação, onde obteve parecer favorável à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por 3 (três) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. **A PALAVRA FOI ABERTA AO PLENÁRIO:** no uso da palavra o Vereador **Luiz Humberto do Nascimento**, cumprimentou a todos os colegas; disse que o Executivo tinha quatro anos para mandar esse projeto de emenda impositiva e vai mandar agora no final do mandato? Ressaltou que tudo isso é para atrapalhar a nova gestão e foi um erro o que aconteceu hoje na sessão, pois tinham quórum para votar e que o projeto não poderia ter saído de pauta e encerrou falando sobre o projeto de lei de abertura de crédito num valor de aproximadamente 16 milhões para o Executivo, o qual não foi discutido pelos Vereadores e que foi contrário ao mesmo. **A PALAVRA FOI ABERTA À MESA:** no uso da palavra o Vereador **Guilherme Carvalho de Almeida**, cumprimentou a todos os colegas e servidores; disse que o projeto da emenda impositiva é um marco para a política de Edéia, que assim os Vereadores poderão ajudar o Executivo, em especial a população direcionando as áreas mais necessitadas e que eles poderão fazer história ajudando a Administração de forma direta e encerrou falando do sucesso do campeonato de futebol em homenagem ao Sr. Nenem Coroa que realizaram no final de semana. No uso a Presidente Vereadora **Gillene Aparecida Fernandes da Silva**, agradeceu a Deus pela sessão, seu esposo presente na galeria, servidores e prestadores de serviços; disse que não tem erro em relação ao projeto de emenda impositiva pois a Casa está pautada no Regimento Interno; que está bem assessorada e que o Plenário foi soberano; disse que esse projeto não tem intenção de prejudicar ninguém e sim beneficiar a população com a participação dos Vereadores na gestão; sobre o projeto de lei nº 17/24 irão notificar o autor, pois o mesmo foi reprovado na Comissão de Constituição e Justiça e encerrou falando da emenda parlamentar para a saúde que conseguiu através de seu Deputado Glaustin da Fokus e que deve chegar aos cofres até dezembro deste ano. Nada mais a tratar a presidência agradeceu a presença de todos, convocando os Srs. Vereadores para a sessão ordinária do dia 12 do corrente mês, declarando encerrada a presente sessão, determinando-me que lavrasse a presente ata, a qual lida achada conforme vai devidamente assinada. Eu  (Germana Stella Souza Vitória) Secretária Legislativa que, a fiz, li e assino.



XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX